

CULTURA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL

Um retrospecto histórico.

Ayda Connia de Souza*

INTRODUÇÃO

Pode-se afirmar que a produção acadêmica sobre o sistema político brasileiro é bastante significativa, especialmente quando se detém na análise dos aspectos estruturais, quer do macro sistema como dos sub-sistemas de poder.

No entanto, os estudos que enfocam o sistema político brasileiro sob a ótica da cultura política são raros. É possível encontrar análises do caráter nacional e alguns estudos de psicologia social, mas não aqueles que tratam de estudar a sociedade brasileira nas suas atitudes, crenças, percepções e comportamentos políticos.

Se esse é o quadro da Ciência Política no que se refere ao Brasil, outro não é que se refere ao Rio Grande do Sul. Em consequência, será interessante abordar o tema da cultura política gaúcha.

Ao salientar-se os aspectos autoritários na história gaúcha, o estudo busca desenhar o pano de fundo para análises posteriores que busquem enfatizar as interações especificamente políticas.

Este estudo partirá de uma discussão sobre os conceitos de cultura política. Em seguida, levantará a hipótese de que a cultura política gaúcha é autoritária, a partir de uma revisão da literatura que focaliza a história do estado do Rio Grande do Sul.

Na conclusão, aponta-se para os diferentes fatores que, conjugados, podem ter originado uma cultura política onde os padrões de orientações, valores, comportamentos moldam, de um lado, estruturas decisórias impermeáveis à participação, e, de outro lado, geram alienação e apatia daqueles a quem as decisões afetam.

1. CULTURA

Antes de examinar o conceito de cultura política, é preciso distinguir as noções que o termo mais geral cultura implica.

Segundo Guy ROCHER (1971), a palavra cultura se originou da língua francesa, de onde foi transferida por historiadores para o alemão, deste foi retraduzida para o inglês, e finalmente reentrou na língua francesa com significado totalmente novo. A palavra francesa "culture", no século XVII, significava o trabalho da terra e, por extensão ou analogia, veio a ser utilizada no século XVIII para designar "a cultura das letras", "a cultura das ciências" ou, de modo geral, a formação do espírito. O significado "campo lavrado e semeado", que a palavra cultura possuía no francês antigo, evoluiu para um significado hoje derivado do uso antropológico e sociológico que ingleses e americanos, sobretudo, difundiram depois da segunda guerra mundial.

Desse modo, desde há dois séculos, a palavra cultura designava o progresso *intelectual* de uma pessoa.

Foi o inglês Edward B. TYLOR que, em 1871, inaugurou o significado antropológico do termo cultura, com a clássica definição:

"A cultura ou a civilização, entendida no sentido etnográfico amplo, é esse conjunto complexo que engloba os conhecimentos, as crenças, a arte, o direito, a moral, os costumes, e todas as outras aptidões e hábitos que o homem adquire enquanto membro da sociedade."

Outros antropólogos ingleses e americanos e também sociólogos americanos difundiram rapidamente o seu uso, agora já com uma conotação científica. A língua francesa, contudo, demorou a registrar a mudança, tendo permanecido nela, por mais tempo, a conotação humanística clássica.

Esse fato teve repercussões no português falado no Brasil. A cultura intelectual brasileira lança suas raízes no pensamento europeu, notadamente no francês, e só a partir do século XX recebeu forte influência americana. Conseqüentemente, a palavra cultura tende a ser usada, ainda hoje, com o sentido de conhecimento, erudição, e assim se refere a uma qualidade individual. No sentido antropológico e sociológico, porém, cultura se refere a qualquer criação humana, material ou imaterial, que serve aos homens no processo de adaptação às condições que os cercam. Na tarefa de adaptação ao ambiente social e ao ambiente natural, os homens

usam de sua capacidade de reflexão e habilidade manual. Criam, assim, formas de vida, tipos de organização social, econômica e política, instrumentos, técnicas, ordens de valores, que correspondem às suas necessidades. Cultura, nesse caso, não é uma qualidade individual, mas sim um fenômeno coletivo. Por isso, não se pode dizer que os índios Pataxós têm menos cultura que os baianos, por exemplo, mas sim que estes possuem uma cultura mais complexa e aqueles uma mais simples. Essa diferenciação se dá, entre outros motivos, porque os baianos, ou melhor, os portugueses, no início da colonização, tiveram maior número de contatos com elementos de outras culturas e porque o meio lhes criava constantes desafios, a eles homens de outras terras, habituados a outra natureza.

Portanto, de um ponto de vista de Ciências Sociais, não se pode dizer que uma cultura é melhor do que outra, simplesmente porque cada cultura é boa para o povo que a criou e, provavelmente, não o será para outro.

2. CULTURA POLÍTICA

Uma grande produção de estudos que usaram o conceito de cultura política ocorreu na década de 60. O mais famoso deles foi sem dúvida o "Five Nations Study", transformado em livro *Civic Culture*, de Gabriel ALMOND & Sidney VERBA (1965). Esses autores se referem à cultura política como o conjunto de orientações individuais especificamente políticas, isto é, atitudes dos indivíduos em relação ao sistema político, quer como um todo, quer em relação aos seus diferentes aspectos, e atitudes em relação ao seu próprio papel dentro do sistema. Como se pode observar, o conceito derivado da antropologia e da sociologia passa a conter um enfoque também psicológico. De fato, como afirmam os autores citados:

"... nós empregamos o conceito de cultura em somente um dos muitos significados que possa conter: o da orientação psicológica em relação a objetos sociais. Quando falamos em cultura política de um sociedade, nós nos referimos ao modo como o sistema político foi internalizado nos conhecimentos, sentimentos e avaliações de sua população. As pessoas são induzidas a adquiri-los através do processo de socialização para papéis não-políticos e para sistemas sociais."¹

Ainda que, posteriormente, outros trabalhos tenham salientado que não só na família ou na escola se adquirem essas orientações, mas também no grupo de amigos, no grupo profissional e outros, o conceito de cultura política se refere ao padrão modal de orientações em relação à política.

Na verdade, "modal" é a adjetivação do conceito estatístico de "moda" que é uma medida de tendência central, isto é, identifica o que é mais típico, o que ocorre mais frequentemente. Assim, afirmar que uma dada cultura apresenta certa característica não significa que todos os membros da sociedade vão apresentá-la, mas sim que uma maioria substancial de seus membros a possui.

No entanto, ainda que o conceito de cultura política se refira a orientações individuais, quando se trata das repercussões dessas orientações individuais no sistema político mais geral, o conceito adquire maior amplitude. Sua utilidade e novidade deriva do fato de que estabelece coerentemente ligações do nível micro com o nível macro, na medida em que analisa as repercussões das orientações individuais no sistema político global.²

Todavia, provavelmente pelos motivos apontados na primeira secção, subsistem entre nós algumas confusões que evidenciam a permanência do sentido de *conhecimento intelectual* na expressão cultura política.

Há autores brasileiros que conceituam cultura política como "o conjunto de conhecimentos, estudos e interpretações sobre as origens, razões e funcionamento das instituições políticas".³

Dentro desse enfoque, cultura política é tomada no sentido de conhecimento intelectual, predominantemente histórico, e é possível afirmar que:

"... massa politizada não nos parece sinônimo de massa em que a cultura política tenha alcançado alto nível... A politização, por si só, não significa capacidade de discernimento, sabedoria, serenidade na formulação de juízes (sic), o que resultaria de certo grau de maturidade política, fruto, por sua vez, de uma cultura política sedimentada."⁴

Deduz-se desse argumento que essa não é a perspectiva sociológica nem a antropológica e não pode ser utilizada em um estudo como este.

3. CULTURA POLÍTICA AUTORITÁRIA

Este estudo parte da hipótese de que a cultura política dos gaúchos é autoritária.

O autoritarismo tem sido analisado desde uma perspectiva psicológica e *The Authoritarian Personality*, de Theodore ADORNO (1950), é a obra clássica no assunto. A partir dela, o autoritarismo é associado a atitudes polarizadas, rígidas, de indivíduos que dividem o mundo em extremos do bem ou do mal. Tal rigidez encobriria uma insegurança do ego e, para defender seu próprio equilíbrio psicológico, esses indivíduos voltam-se com agressividade contra quem possui sistema de valores oposto ao seu.

Porém, ao trabalhar-se com o conceito de cultura política autoritária, abandona-se a dimensão puramente psicológica e passa-se a considerar também a dimensão antropológica. Isto é, não se cogita de descobrir se o indivíduo tem uma personalidade autoritária, mas sim se ele respira (ou respirou) uma atmosfera de autoritarismo durante o período de sua socialização.

Para usar a expressão de George MEAD (1972), de que maneira os "outros significativos", isto é, as diferentes pessoas com quem a criança entra em contato e que concretizam diferentes mundos, veiculam idéias, atitudes, valores, comportamentos a respeito de quem e de como se deve tomar as decisões importantes?

A idéia da atmosfera autoritária vincula-se com o "sentimento do dever ser", subjacente à definição sociológica do Direito⁵ e da justiça. Os indivíduos acreditam que agir centralizando as decisões, monopolizando as responsabilidades correlatas, negando abertura à participação, é o correto, é o direito, é o justo.

Uma tal atmosfera autoritária é expressa pelas normas e padrões sociais que estabelecem o que é certo e o que é errado no modo como se tomam as decisões, na abertura ou não à participação, no respeito ou não às idéias e às manifestações contrárias.

Esses padrões de conduta coletivos são internalizados profundamente através do processo de socialização e condicionam os papéis sociais, os quais vão repercutir no campo político mais abrangente.

4. CULTURA POLÍTICA GAUCHA

O fato de que não se pode aceitar, numa abordagem atual da Ciência Política, o enfoque exclusivamente histórico de cultura política não signi-

fica que não se deixe de levar em consideração os seus aspectos históricos. A análise de uma sociedade sob o ponto de vista de sua cultura política não pode prescindir da operação que procura desenhar o pano de fundo para o palco, onde se desenrola o espetáculo da vida e das interações políticas.

Esse pano de fundo vai tomando forma no decorrer dos tempos e a partir de contatos, tensões e conflitos vividos pelos atores em Relação. Não é demais insistir que para compreender o aqui e agora é preciso compreender o lá e o ontem. A sociedade do momento é a cristalização efêmera de um processo contínuo de acumulação de experiências vividas pelos nossos antepassados. Olhar para dentro dela, compreendê-la na sua atualidade, requer olhar para seu passado histórico.

Por sua localização geográfica e pelas características que presidiram sua ocupação, o Rio Grande do Sul apresenta peculiaridades que levaram Lynn SMITH (1967) a afirmar que, em termos culturais, o gaúcho é, juntamente com o baiano, o tipo regional mais bem definido no contexto brasileiro.

De fato, o Rio Grande do Sul se situa no Extremo meridional do Brasil e seus limites Sul e Oeste encontram a República Oriental do Uruguai e a República Argentina respectivamente.

O seu povoamento no séc. XVIII obedeceu ao objetivo primordial de aqui estabelecer um posto militar, o de Jesus-Maria-José, que estaria mais próximo da Colônia de Sacramento (onde hoje se localiza o Uruguai) e que ajudaria a manter as comunicações entre a Colônia e o Rio de Janeiro.

Os primeiros habitantes eram paulistas, lagunenses, fluminenses, mineiros, a que se acresceram açorianos chegados por volta de 1752.

Em 1824 chegou a primeira leva de imigrantes alemães, aqui introduzidos com o objetivo de disseminar as pequenas propriedades em oposição aos grandes latifúndios existentes, e de “branquear” o sangue brasileiro, já que a massa do tráfico negreiro tendia a fazer predominar a população negra sobre a branca.⁶

Em 1875 aportaram os primeiros italianos, que vêm dar novos matizes à paisagem humana. Como os alemães, recebem também a sua pequena propriedade e adotam o sistema de policultura.

Malgrado a introdução de colonos açorianos, alemães e italianos que trariam modificações importantes à estrutura social e econômica do Rio Grande do Sul, este conservou uma fisionomia cujos contornos seriam fornecidos pela “estância” e pela atividade que nela se desenrola, bem como pela sua localização no extremo meridional, palco de guerras e tropas derivadas da indefinição de fronteiras.

Desde 1828 a República Oriental do Uruguai surgira como Estado-tampão que poria fim às controvérsias armadas entre Brasil e Argentina. Mas a questão dos limites entre Brasil e Uruguai só seria resolvida definitivamente em 1851, e com a Argentina em 1895.

Jean ROCHE (1969) afirma que a formação do Rio Grande do Sul realizou-se nos combates e lá se forjou a sua alma.⁷ A sociedade que compunha era de base rural apoiada no grande latifúndio e na criação extensiva de gado.

Enquanto no Nordeste reinavam os senhores de engenho aqui no Sul reinavam os estancieiros, ambos ocupando o vértice da pirâmide social, graças ao latifúndio, base da sustentação econômica.

No Rio Grande do Sul, porém, outra faceta se acrescentava ao estancieiro: a de chefe militar, plasmada pela necessidade de comandar tropas formadas pela sua "gente"⁸ contra as investidas dos castelhanos. Não foram poucas as ocasiões em que o Governo Central necessitou apoiar-se sobre os batalhões armados e comandados pelos chefes dos clãs rurais para opor-se às pretensões espanholas. Momentos houve em que, mesmo sem esperar pelas forças imperiais, estancieiros e suas tropas arremetiam contra os inimigos da fronteira buscando desforra e reparação.⁹

Ora, um chefe militar necessariamente cultivava a autoridade e o relacionamento hierárquico. Ainda que amenizada pelas características da atividade pastoril, essa hierarquização perpassa todas as relações sociais e imprime um cunho marcante à identidade do chefe. Os estancieiros, chefes incontestáveis, desfrutavam de uma posição de autoridade conquistada na refrega dos combates. Pois "diante do inimigo externo, o Rio Grande do Sul tinha que apresentar-se como um só corpo, sob um comando que se fazia respeitar", como afirmou Moysés VELLINHO (1970). Segundo esse autor, aí estaria a origem de nossos hábitos de acatamento à autoridade. O senso público de disciplina impunha-se a cada um como condição de segurança para todos.¹⁰

Ao descrever os tipos sociais da incipiente sociedade gaúcha, Laudelino MEDEIROS (1975) refere-se ao papel do estancieiro na direção e controle da unidade social que era a estância. "As suas ordens derivavam de seus *princípios* que eram a *lei* do grupo".¹¹ Embora afirmando que se podiam surpreender algumas características democráticas, esse autor reconhece "alguma coisa do caráter patriarcal da sociedade brasileira nascente, com uma certa concentração de autoridade nas mãos do chefe".¹²

Note-se, porém, que as características democráticas apontadas por esse autor referem-se antes ao trabalho livre e assalariado dos peões e à consciência de direitos e valor pessoal baseados na habilidade ou capacidade para o bom desempenho das tarefas. Não se referem, por certo, a métodos

democráticos que hoje enfatizam mais a participação nas decisões, a consulta e a discussão de pontos de vista contrários. Ao contrário, ele, estancieiro, é quem ditava a lei do grupo.

A história do Rio Grande do Sul está repleta de fatos que atestam a existência de um pronunciado autoritarismo na condução da vida política.

Moacyr FLORES (1982) demonstra como a Revolução dos Farrapos, que se estendeu de 1835 a 1845, na verdade não fora uma revolta popular contra o governo imperial, mas, antes, uma guerra de estancieiros que eram liberais, mas não eram democráticos.

FLORES ressalta que

“... Bento Gonçalves da Silva nunca foi republicano e deixou de ser liberal ao assumir a Presidência sem convocar ou permitir que se reunisse a Assembléia Constituinte e Legislativa...”¹³

muito embora a ideologia farroupilha se apoiasse em Locke, cujo ensinamento era o de que a soberania deveria residir no Legislativo e não no Executivo.

Atas de 1912 do Senado da Câmara de Porto Alegre noticiam a convocação feita a porto-alegrenses livres e varões para virem socorrer as finanças municipais.

“A principal fonte de arrecadação, ainda era o ‘donativo das carnes’, ou seja, o preço anualmente cobrado, através de arrematação, ao concessionário do açougue. Dado que a Câmara estipulava previamente o preço pelo qual a carne seria vendida ao público, não eram muitos os pretendentes à concessão, nem generosos os seus lances.”¹⁴

Para livrar-se do aperto financeiro e não sacrificar o povo, a Câmara resolveu convocar os cidadãos para virem oferecer um donativo. Dos convocados, quem não viesse pagaria uma multa. Assim, muito pouco democraticamente, aos porto-alegrenses cabia o provérbio: “preso por ter cão e preso por não ter cão...”

Quando o Positivismo chegou ao Brasil trazido, da mesma forma como as idéias do Liberalismo ou da Democracia, por intelectuais que retornavam da Europa, encontra no Rio Grande do Sul o terreno fértil para se fixar e expandir.

Com os postulados de ordem social a fim de se atingir o progresso, o Positivismo veio reforçar os traços autoritários já presentes no passado histórico do Rio Grande do Sul.

Mas Guilhermino CÉSAR (1956) não aceita a tese de que o Positivismo aqui floresceu porque os homens que difundiram os seus princípios eram chefes de clãs originários da campanha riograndense e, por serem autoritários, seriam os que aceitariam aqueles princípios.

De fato, esse autor demonstra que nem todos os nomes de relevo na história do Positivismo eram oriundos da zona da campanha gaúcha: "... um é filho de Pernambuco, alguns nasceram e se criaram em Porto Alegre, de boa árvore açoriana, católica até a superstição".¹⁵

No entanto, se é possível dizer-e que também elementos de outros Estados introduziram e difundiram a doutrina comtiana no Estado, isso não significa que, justamente aqui, ela não tenha encontrado uma atmosfera propícia à sua difusão, derivada de uma cultura forjada pelas necessidades da luta em defesa da terra.

As idéias vingam quando existem condições ambientais favoráveis que motivam a interação constante entre o indivíduo e a cultura. O próprio ensinamento comtiano e o enfoque sociológico da sociedade tiveram curso em virtude das pré-condições criadas pela postura racionalista, pela visão imanente do mundo em substituição à transcendente e pela Revolução Industrial.

Já foi notado que o Positivismo teve, na América Latina, influência só comparável à do Marxismo na Europa.¹⁶ Em que medida a tradição histórica colonial responsável pelas decisões impostas de fora e de cima pelas Metrópoles espanhola e portuguesa, combinada com as características da formação social, onde sobressai a figura do coronel e do caudilho, teriam concorrido para tanto?

O mesmo Guilhermino CÉSAR afirma que:

"A especulação filosófica, pouco desenvolvida por aqui, não alcançou o cimo a que seria levada se de fato tivesse podido penetrar todo o imponente sistema de Comte. Não foi, pois, o seu método perfilhado integralmente. Os mais entusiastas eram, na maioria, políticos ambiciosos ou militares que se reduziam, em ciências, a cultivar a matemática necessária a seus estudos técnicos. Tomaram ao mestre francês as diretrizes sociais do seu pensamento, *as normas que valorizam o princípio da autoridade e a conduta moral*". (grifo nosso)¹⁷

Houve, pois, um processo de adaptação das idéias comtianas, as quais, onde encontraram condições favoráveis, vicejaram vigorosamente. Essas condições favoráveis se definem pela estância e pela sociedade patriarcal que ela, a estância, enseja, bem como pela figura de incontestável liderança de Júlio de Castilhos.

Antônio Paulo Cachapuz de MEDEIROS (1981) analisou as projeções do castilhismo na política autoritária brasileira e salientou que:

“... o Positivismo, adotado por Castilhos e pelo grupo preponderante dos republicanos rio-grandenses, recomendava a autoridade do chefe, a sociedade patriarcal, a disciplina e a solidariedade coletiva.”¹⁸

Esses pontos casavam-se excelentemente com a vida e os costumes frugais e rústicos da fazenda gaúcha, onde se consolidavam os “... laços de solidariedade e subordinação em torno da autoridade patriarcal do fazendeiro”.¹⁹

O estilo castilhista de governo encontrava-se bem delineado na carta enviada pelo chefe do Partido Republicano ao então Presidente da Província, Borges de Medeiros, onde lhe comunicava a decisão de fazê-lo reeleger-se, desprezando quaisquer pretensões ou procedimentos que visassem a introduzir métodos mais democráticos de sucessão.²⁰

Borges de Medeiros, discípulo de Júlio de Castilhos, concordava com tais métodos, pois não hesitava em exigir a renúncia de Intendentes eleitos e em nomear substitutos mediante simples comunicação telegráfica, como ocorreu na localidade de Erechim.²¹

As raízes que o castilhismo lançou alcançaram outras épocas e marcaron profundamente o cenário político nacional. Getúlio Vargas formou-se no ideário castilhista e, não obstante diferir em temperamento do mestre, adotou deste a inclinação para tratar como questões técnicas as questões do Estado. Educado na escola de Júlio de Castilhos para o desempenho da liderança nacional, Vargas representa o estilo autoritário paradigmático da sociedade rio-grandense. De todas as análises feitas sobre o período que corresponde à emergência de Vargas depois de 1930, pode-se salientar, para o ponto de vista que este estudo adota, seu estilo paternal e centralizador a manobrar habilmente por entre as vagas de descontentamento. Enfeixou ele nas mãos, aberta ou sutilmente, enorme poder de decisão e orientou a política para o caminho que a ele parecia mais adequado para a solução dos problemas nacionais.

Fernando Henrique CARDOSO (1962), em argumento aplicado ao Rio Grande do Sul, salientou, juntamente com os efeitos econômicos e so-

ciais, os efeitos psicológicos que derivavam de um estado de beligerância contínua, resultante das guerras de fronteira. Como consequência, emergiram lideranças com coragem pessoal, ousadas, altivas, mas também pouco aptas à submissão, aos regulamentos e à rotina.

Simon SCHWARTZMANN (1982), secundando essa posição, aponta também a conexão entre o Positivismo personificado por Júlio de Castilhos e a tradição militar do Rio Grande do Sul na luta republicana.

No entanto, ninguém melhor do que Érico Veríssimo em *O tempo e o vento* (1967-1970) soube retratar o gaúcho, sua sociedade e sua cultura, ao descrever com admirável finura os traços que caracterizam a sua identidade social. Rodrigo, ele o coloca concretamente na história, e mostra a influência recíproca do meio sobre o indivíduo e deste sobre aquele. Sobressai da saga inteira o papel formador da atividade guerreira, da atividade pastoril e da estrutura familiar, fundindo todas essas influências que originam o modelo autoritário de chefe e de pai que orienta as aspirações da sociedade.

CONCLUSÃO

Ao concluir, pode-se afirmar que uma revisão histórica aponta para o fato de que, em função de sua localização geográfica nos limites das terras portuguesas com as espanholas, por isto mesmo palco permanente de lutas e tropelias, o Rio Grande do Sul fez nascer uma sociedade marcada pela atividade guerreira.

A atividade guerreira era desempenhada não só por combatentes profissionais, mas também, em grande parte, pelos civis, estancieiros com seus peões, travestidos em soldados a defender suas terras e rebanhos.

Ora, a atividade guerreira pressupõe disciplina, hierarquia e obediência ao chefe. O chefe guerreiro era o mesmo marido, pai e patrão que, em tempo de paz, comandava a esposa, os filhos e a estância. Mais de um século transcorreu até se definirem as fronteiras, e esse foi um tempo suficientemente longo para imprimir bem fundo as características do papel daquele que comanda, seja na paz, seja na guerra.

Terminadas as lutas, chega o Positivismo com seus ideais de ordem e disciplina, aos quais se ajustam à maravilha os padrões de subordinação correntes na sociedade patriarcal que é a estância.

Júlio de Castilhos personificou perfeitamente o ideal positivista, e seus métodos de governo se estenderam por largo período através de Borges de Medeiros e, ainda que de forma mais paternalista, através de Getúlio Vargas.

Todos esses fatores parecem ter-se conjugado para criar uma cultura política autoritária, expressa por padrões de orientações, valores e comportamentos que privilegiam tomadas de decisão centralizadas, moldam estruturas decisórias impermeáveis à participação e, concomitantemente, geram pouco interesse e envolvimento daqueles a quem as decisões afetam.

Recente levantamento de opinião, cujos resultados foram publicados na imprensa, revelou extremo desinteresse e falta de conhecimento sobre assuntos políticos por parte dos porto-alegrenses.²²

Da mesma forma, a tese de mestrado de Arnaldo SISSON F^o (1984) demonstrou que a massa dos eleitores de Porto Alegre descrê de sua própria capacidade para escolher bem os candidatos e desconhece fatos elementares da vida política brasileira, como, por exemplo, o que é abertura política.²³

Padrões como esses podem, talvez, ser surpreendidos em todos os níveis, desde a família, escola, empresa, sindicato até o partido e os diferentes órgãos de representação. Seriam, quem sabe, seqüelas de um autoritarismo histórico e que induz a uma revisão da crença comumente aceita de que os gaúchos têm a consciência política mais desenvolvida do Brasil.

NOTAS

¹ALMOND, Gabriel & VERBA, Sidney. *Civic Culture*. Boston, Little, Brown & Co., 1965. p.13.

²MAYER, Laurence C. *Comparative Political Inquiry*. Homewood, Illinois. The Dorsey Press, 1972.

³LIMA, Hermes. *Idéias e figuras*. s.l., MEC, Serviço de Documentação, s.d. apud MORAES, Manuel H.A. de. Poder nacional: alguns aspectos de seus componentes. *Síntese Econômica e Social*. Rio de Janeiro, (6) 36-47, abr-jun, 1960.

⁴MORAES, Manuel H.A. de. Poder nacional: alguns aspectos de seus componentes. *Síntese Econômica e Social*. Rio de Janeiro, (6) 36-47, abr-jun, 1960.

⁵SOUTO, Cláudio. *Teoria sociológica do direito e prática forense*. Porto Alegre, Fabris, 1978. Ver também SOUTO, Cláudio e SOUTO, Solange. *Sociologia do direito*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos: São Paulo, EDUSP, 1981. esp. cap.8.

⁶Em *Brasil, terra de contrastes*, São Paulo, Difel, 1975, p.171-86, Roger BASTIDE afirma que "... em 1914, contava o Rio Grande do Sul 20.611 escravos e 5.399 negros livres, para 32.300 brancos."

⁷Em Jean ROCHE, *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Globo, 1969, esp. v.1 encontra-se excelente resumo da formação histórica do Rio Grande do Sul.

⁸O significado de "sua gente" está em QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

⁹Um exemplo desse fato está em FERREIRA F^o, Arthur. *História geral do Rio Grande do Sul*. 5.ed. Porto Alegre, Globo, 1978, p.118.

¹⁰VELLINHO, Moysés. *Capitania d'El-Rei*. 2.ed. Porto Alegre, Globo, 1970, p.168.

¹¹MEDEIROS, Laudelino. *Formação da sociedade rio-grandense*. Porto Alegre, UFRGS, 1975. p.75.

¹²Idem, ib. p.75.

¹³FLORES, Moacyr. *Modelo político dos Farrapos*. 2.ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982. p.179.

¹⁴FRANCO, Sérgio da Costa. Porto-alegrenses de 1812. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 17 out. 1981. Letras e Livros, 1(11): 5.

¹⁵CÉSAR, Guilhermino. *História da literatura rio-grandense*. Porto Alegre, Globo, 1956. p.344.

¹⁶Essa observação encontra-se em LOSANO, Mário G. *Os grandes sistemas jurídicos*. Portugal, Presença; Brasil, Martins Fontes, 1978. 307p.

¹⁷CÉSAR, Guilhermino. op.cit. p.345-6.

¹⁸MEDEIROS, Antônio Paulo Cachapuz de. Projeções do Castilhismo na política autoritária brasileira. Porto Alegre, PUCRS, separata de *Veritas*, 104: 469-92, 1981.

¹⁹BARCELLOS, Rubens de. *Estudos rio-grandenses*. Porto Alegre, Globo, 1955. p.56.

²⁰A transcrição dessa carta encontra-se em "Como se fazia um presidente". *Correio do Povo*, Porto Alegre, 28 agosto 1982. Letras e Livros II (52): 15. Diz o seu apresentador S.C.F. "O conteúdo da carta, caracterizando perfeitamente o estilo de direção unipessoal exercido por Júlio de Castilhos, também expressa o alto grau de auto-estima do signatário e sua completa despreocupação, senão desprezo, por eventuais métodos de escolha democrática de um candidato. Esse autoritarismo, que emanava da 'doutrina comum' a ambas as personagens, projetou muito longe suas influências na vida política brasileira".

²¹Essa comunicação telegráfica encontra-se no Centro de ensino superior de Erechim. *Histórico de Erechim*. Passo Fundo, Instituto Social Padre Berthier, 1979. p.218-9.

²²Porto-alegrense está desligado da política. *Zero Hora*, domingo, 17 fev. 1985. p.16.

²³SISSON F^o, Arnaldo. *A consciência política na massa e as eleições de 1982 em Porto Alegre*. UFRGS, diss. de Mestrado em Ciência Política, ago 1984. 159p.

BIBLIOGRAFIA

- 1 – ADORNO, Theodore et alii. *The Authoritarian Personality*. New York, Harper and Row, 1950. 990p.
- 2 – ALMOND, Gabriel & VERBA, Sidney. *Civic Culture*. Boston, Little, Brown & Co., 1965.
- 3 – CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo, Difel, 1962.
- 4 – MEAD, George. *Espírito, persona y sociedad*. Buenos Aires, Paidós, 1972.
- 5 – ROCHER, Guy. *Sociologia geral*. Lisboa, Presença, 1971. 2v.
- 6 – SCHWARTZMANN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro, Campus, 1982.
- 7 – SMITH, Lynn. *Brasil, povo e instituições*. Rio de Janeiro, Bloch, 1967.
- 8 – VERÍSSIMO, Érico. *O tempo e o vento*. Porto Alegre, Globo, 1967-1970. 7v.

*Departamento de Ciências Sociais.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

90.000 – Porto Alegre-RS